



**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CAÇU**  
O Legislativo Mais Perto de Você

Ata da 5ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação do 1º período legislativo, da 2ª sessão legislativa, da 18ª legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, na cidade de Caçu, Estado de Goiás, na Sala das Comissões, situada no Anexo Vereador Gerônimo Nunes dos Santos, realizou-se a quinta reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara Municipal de Caçu. Às 14h12min, o Vice-Presidente da Comissão Vereador Cassiano Lemos de Souza declarou aberta a reunião na presença dos Vereadores: André Luiz Oliveira Camargos, Alexandre Eterno Freitas Santos e Alessandro Bessa. Ausente a Vereadora Hortência Freitas dos Santos por motivos de saúde. Aberta a reunião foi lida e aprovada por todos a ata da reunião anterior. Na Ordem do Dia foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Alexandre Freitas ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2026 – que "Dispõe sobre a reorganização do Sistema Municipal de Ensino, adequando-o às disposições da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE)", de autoria do Poder Executivo. O Relator pediu apoio para aprovação da matéria. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Em seguida, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Alessandro Bessa ao Projeto de Lei Ordinária nº 30/2026 – que "Dispõe sobre o uso da Bíblia Sagrada como referência cultural, ética e literária nos ambientes escolares do município" e dá outras providências", de autoria do Ver. Cassiano Lemos. O Relator pediu apoio para aprovação da matéria. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Na sequência, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. André Camargos ao Projeto de Lei Ordinária nº 31/2026 – que "Dispõe sobre a proibição do uso de músicas com letras que fazem apologia ao sexo, drogas ou qualquer coisa ilícita no ambiente escolar e dá outras providências", de autoria do Ver. Cassiano Lemos. O Relator enfatizou a importância da matéria e pediu apoio para sua aprovação. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Depois, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Alexandre Freitas ao Projeto de Lei Ordinária nº 33/2026 – que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contribuição financeira ao "Sindicato Rural de Caçu" para realização da 6ª semana do produtor rural e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo. O Relator pediu voto favorável dos pares para aprovação da propositura, destacando sua importância. O Ver. Cassiano Lemos parabenizou o Vereador pela relatoria e fez convite para que os colegas participem da semana do produtor. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Após, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. André Camargos ao Projeto de Lei Ordinária nº 34/2026 – que "Dispõe sobre desmembramentos de lotes no município de Caçu, e dá outras providências", de autoria dos Vereadores Hortência Freitas e Cassiano Lemos. O Relator pediu apoio para aprovação do projeto de lei. O Ver. Cassiano Lemos parabenizou o Vereador pela relatoria, ressaltando que a medida favorece a construção civil e os empresários que atuam na área. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer

da comissão. A seguir, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Alessandro Bessa ao Projeto de Lei Ordinária nº 37/2026 – que “Dispõe sobre aviso e notificação eletrônica aos consumidores deste Município, sobre interrupção e ou suspensão parcial ou total dos serviços públicos de natureza contínua”, de autoria do Ver. Cassiano Lemos. O Relator pediu apoio aos pares para aprovação da matéria. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Ato contínuo, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Alessandro Bessa ao Projeto de Lei Ordinária nº 38/2026 – que “Institui e insere no calendário oficial de eventos do Município de Caçu o ‘Dia Municipal do Produtor Rural’, e dá outras providências”, de autoria do Ver. André Camargos. O Relator pediu apoio para aprovação da matéria. O autor defendeu o projeto de lei, destacando que a matéria pretende valorizar os produtores rurais, seu trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento municipal. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Diante da omissão do Regimento Interno quanto à assunção da Presidência na ausência do titular, e considerando que o Vice-Presidente em exercício acumulava a função de relator das matérias da pauta, aplicou-se o princípio de que o vereador de maior idade deveria assumir os trabalhos para viabilizar a apresentação dos pareceres. Na oportunidade, solicitou-se à Secretaria que a solução adotada fosse encaminhada à Presidência da Casa para fins de declaração de precedente regimental. Ato contínuo, a direção dos trabalhos foi transmitida ao Vereador Alessandro Bessa que submeteu à discussão a Emenda Aditiva nº 05/2026 e Relatório Favorável do Ver. Cassiano Lemos ao Projeto de Lei Ordinária nº 32/2026 – que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área às pessoas jurídicas especificadas nesta Lei, que buscam fixar sede definitiva neste Município, e dá outras providências” de autoria do Poder Executivo. O Relator explicou que a Emenda acrescenta ao projeto a exigência de que as pessoas contempladas com posse/concessão de direito de uso de áreas públicas sejam notificadas antes da aplicação da penalidade de devolução da área. O Vereador André destacou a relevância da Emenda, relatando que, em sua experiência anterior como Secretário de Administração, constatou a necessidade em dar a devida publicidade aos atos de notificação nos processos de posse e concessão de direito de uso de áreas públicas. Submetida a Emenda e o Relatório em votação foram aprovados por unanimidade, sendo o Relatório convertido em Parecer da comissão. Por último, foi para discussão o Relatório Favorável do Ver. Cassiano Lemos ao Projeto de Lei Ordinária nº 35/2026 – que “Cria o Fórum Municipal de Educação de Caçu e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. O Relator defendeu a matéria e pediu apoio para sua aprovação. Submetido o Relatório em votação, foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da comissão. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião às 14h42min. Eu, André Luiz Oliveira Camargos, Secretário da Comissão, fiz lavrar a presente ata que, depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.



**Ver. Hortência Freitas dos Santos**  
Presidente da CCJR

**Ver. André Luiz Oliveira Camargos**  
Secretário da CCJR